

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DOIS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

----- **EXCERTO DA ATA NÚMERO SETENTA E SETE REFERENTE AO PONTO 1 DA ORDEM DE TRABALHOS**-----

----- Aos dois dias do mês de julho de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves

Correia, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Susana Maria da Costa Guimarães, Pedro Miguel Tadeu Costa, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, António Miguel Silva Avelãs, Luís Duarte Albuquerque Carreira, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, José Roque Alexandre, Diogo Manuel da Silva Malhado, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Rosa Maria Carvalho da Silva, Gonçalo Maria Vassalo Moita e Rodolfo Knapic.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fábio Martins de Sousa, Hugo Alberto Cordeiro Lobo e José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- André Nunes de Almeida Couto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira.-----

----- Jorge Manuel Jacinto Marques (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Diogo Manuel da Silva Malhado.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita. -----

----- Margarida Bentes Penedo (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputada Municipal Cristina Andrade. -----

----- Ricardo Moreira (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Humberto Silveira. -----

----- Maria Helena Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António Avelãs. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, Manuel Grilo e José Sá Fernandes. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, João Pedro de Abreu Costa, Nuno Rocha Correia e Ana Rita Costenla. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, declarou aberta a reunião. -----

----- (...) -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

----- **1. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 1/2019 - QUEREMOS CASAS NO LARGO DE SÃO MIGUEL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 51 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;** -----

----- (A **Petição n.º 1/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 3ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação n.º 077/01 (3ª CP)**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Como Ponto 1 da nossa Ordem de Trabalhos, temos apreciação da Petição n.º 1/2019 - “Queremos casas no Largo de São Miguel”, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis. -----

----- Temos um Parecer da 3ª Comissão Permanente, cuja, a relatora foi a Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink. -----

----- Temos também uma Recomendação n.º 77/01, oriunda da 3ª Comissão Permanente. -----

----- Vamos começar por dar a palavra à representante dos Peticionários, a Muniçipe Maria de Lurdes Pinheiro. -----

----- Seja bem-vinda mais uma vez, uma casa que é sempre sua e têm 10 minutos habituais, como sabe! -----

----- **A Muniçipe Maria de Lurdes Pinheiro**, na qualidade de Relatora da Petição, fez a seguinte intervenção: -----  
----- Uma casa que é a nossa, que devia de ser de todos! -----  
----- Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Secretários, Caros eleitos, meus Senhores e minhas Senhoras. -----  
----- Estamos a tratar de uma Petição, que como sabem se insere num esforço coletivo que tem como primeiro objetivo preservar o Largo de São Miguel, face à decisão de ali construir o Museu Judaico de Lisboa.-----  
----- Este problema foi tratado em Petição própria em março de 2017, “Museu Judaico Sim em Alfama, Largo de São Miguel, não”, discutida na 7ª Comissão em maio de 2017, como no presente Parecer se recorda. -----  
----- Quanto à Petição hoje em discussão quero ainda sublinhar-vos que defendem os mais de mil subscritores, eram 1011 na entrega da Petição em 22 de janeiro e, neste momento, temos mais de 1200 assinaturas. -----  
----- Na Petição defende-se que a Câmara deve: -----  
----- 1 - Tomar as medidas adequadas, para que os edifícios até agora destinados ao Museu Judaico de Lisboa sejam recuperados para habitação de longo prazo. -----  
----- 2 - Contribuir para que seja encontrada outra localização para o Museu, inclusive no bairro de Alfama.-----  
----- No texto deixa-se ainda uma observação pertinente sobre o que significaria assumir estas orientações, a Câmara mostraria por atos o declarado empenho do Município em interromper a expulsão de moradores, fomentar o regresso de pessoas que tiveram de sair do bairro e criar condições para que muitas outras possam aqui morar. -----  
----- A Petição foi dirigida à Assembleia Municipal, depois de saber que a Câmara não pretende seguir este novo rumo. -----  
----- Ouvido nesta Comissão, o Senhor Vereador Manuel Salgado, confirmou que a Câmara persiste em tratar o assunto nos tribunais.-----  
----- A Comissão, nas conclusões o seu parecer, também entende que para se pronunciar devidamente deve aguardar a finalização do processo judicial. -----  
----- Quer isto dizer que mais de mil assinaturas não chegam para a Assembleia Municipal se pronunciar e, por exemplo, recomendar à Câmara Municipal que volte a refletir sobre a sua decisão, ousa a população e construa habitação neste lugar. Como se pode interpretar estas posições? O que significa o facto de um órgão autárquico democraticamente legitimado resolver esperar para ver o que decidem os tribunais?----  
----- A resposta só pode ser uma. O órgão político que assim delibera não pretende atender a reclamação e declara só que, tal só o fará se tal for obrigado pelo poder judicial, isto no caso da nossa Petição quer dizer que a Câmara, como já se sabia e a 3ª Comissão da Assembleia Municipal Lisboa como propõe no Parecer, não querem: -----  
----- - Primeiro, que os edifícios sejam recuperados para habitação de longo prazo. -----  
----- - Segundo, que seja encontrado outra localização para o Museu.-----  
----- Ao remeterem uma responsabilidade de uma decisão para os tribunais, procuram talvez disfarçar as suas responsabilidades políticas, mas a vergonha não iliba.

Publicamente e, de modo aparentemente consensual, disse que é urgente defender o bairro de Alfama face à explosão de turismo e face aos grandes interesses económicos, mas ao longo dos anos as decisões tomadas e as decisões que ficaram por tomar, não condizem com essa afirmação, a verdade é que para fazer alguma coisa com vista a defender os moradores e o comércio tradicional o poder municipal, tal como o poder central, segue um caminho que está cheio de obstáculos, todos muito grandes, grandes em palavras, porque na realidade tem sido obstáculos intransponíveis.-----

----- Mas, também é verdade que para os interesses do turismo de dinheiro estão abertas autoestradas com todos os privilégios, hoje os licenciamentos correm a velocidade cruzeiro com direito a gabinete especial e os promotores até chegam a ser dispensados de cumprir regulamentos que vigoram para toda gente. -----

----- Isto é o que se vê! É o que as pessoas sentem, é o que alimenta a revolta de quem vê o bairro a ficar sem gente, sem vida própria sem alma, preste a tornasse num mero parque de diversões. -----

----- Aquilo que a nossa Petição procurou suscitar foi uma mudança. -----

----- A construção do Museu no Largo de São Miguel iria lesar o equilíbrio, a escala, a estética de toda a malha urbana, arquitetónica e histórica do Largo de São Miguel. -----

----- O Museu Judaico de Lisboa, é importante para a cidade mas não menos importante é preservar a cidade que o próprio povo judaico ajudou a construir. -----

----- Recuperar o Largo, um dos mais bonitos de Lisboa, preservando a sua arquitetura e o seu património de todos nós, será um bom passo para que a alma do bairro não se perca no furacão de turismo, para estancar a expulsão dos moradores e trazer habitantes para Alfama. -----

----- A decisão de construir casas de habitação no Largo de São Miguel, será um importante sinal de mudança, mas aquilo que está a ser proposto no Parecer é que tudo continua igual.-----

----- Não nos podemos contentar com uma resposta destas! -----

----- Persistir nesta via será uma desilusão para quem ainda acredita no poder local democrático e na sua capacidade de determinar a vida das pessoas e da cidade no progresso e da justiça social. -----

----- Tem sido lançada a ideia de que uma vez entrada à ação principal, é irreversível seguir a via judicial até ao fim, deixamos aqui claro que não é correta a afirmação. -----

----- Na sequência do processo cautelar, que vencemos ao nível do Supremo Tribunal Administrativo, APPA (Associação do Património e População de Alfama) colocou em abril uma nova ação, para que definitivamente seja julgada como inválida a decisão de licenciar a construção do Museu Judaico, no Largo de São Miguel. -----

----- Como informou o Senhor Vereador Manuel Salgado na 3ª comissão, o Município foi citado para responder, mas não é obrigatório que fique tudo parado à espera do processo judicial, só é necessária que a Câmara, como nós temos apelado, volte a refletir sobre este caso e admite o erro na escolha do local para o Museu, pela nossa parte, tal bastaria que não prosseguisse o confronto judicial. -----

----- Em concreto, a APPA levantará a ação que colocou logo que seja decidido pela Câmara a anulação da licença de construção do Museu. Não é em tribunal que estamos a defender a recuperação dos prédios para habitação de longo prazo, esta nossa reclamação a justa e oportuna, a sua satisfação seria um sinal muito forte da determinação do Município em recuperar a vida do bairro de Alfama, isto também é possível sem confronto judicial. -----

----- Uma vez revertida a decisão de ali construir o Museu Judaico de Lisboa e a par da procura de uma localização alternativa para este importante equipamento, o Município terá todas as condições para recuperar o edificado e dar-lhe o destino que agora reclamamos. -----

----- O terreno é Municipal, e na Câmara ainda há conhecimento suficiente para uma reconstrução que respeite os objetivos declarados e os regulamentos que a própria Câmara aprovou para esta zona histórica. -----

----- Não pode ser alegado como relevante, o facto de grande parte dos prédios já estarem demolidos, como todos sabemos cidades inteiras destruídas pela guerra voltaram a ser reconstruídas tal como eram. Relevante, é sim, a decisão de preservar o património e a vida do bairro. -----

----- Estamos aqui hoje em nome dos Peticionários para reafirmar, queremos casas no Largo de São Miguel, ficaríamos muito satisfeitos se o nosso apelo fosse atendido, mas se assim não for iremos prosseguir o nosso esforço coletivo com esse objetivo, convictos da razão que nos assiste e animados pelo crescente apoio que recebemos. ----

----- Obrigada pela vossa atenção. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- A Senhora Deputada Aline Beuvink, informou a Mesa que prescinde da apresentação do Parecer e da Recomendação oriunda da 3ª Comissão Permanente e, portanto, vamos dar a palavra aos oradores inscritos. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, como oradora e Deputada. ---

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimas Senhoras Secretárias da Mesa. -----

----- Ah! Senhor Vice-Presidente que está na sala. Senhores Deputados, boa tarde. ----

----- Excelentíssimos Senhores Peticionários. Em primeiro lugar, dirijo-me a vós louvando o vosso esforço para lutarem por uma Lisboa que naquelas querem viver que é, no fundo, âmago desta Petição. -----

----- Fui relatora do Parecer e julgo que análise e discussão hoje aqui nesta Sessão da Petição n.º 1/2019, “Queremos casas no Largo de São Miguel”, é muito esclarecedora da forma como a cidade está a ser gerida por esta Vereação Municipal. -----

----- Estamos perante um paradigma comportamental problemático com o contraditório. -----

----- A Câmara decidiu edificação do Museu Judaico, no Largo de São Miguel em Alfama, é bom que se diga sem ouvir a população. Existindo indícios de nulidade do licenciamento por violação do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo e do Plano Diretor Municipal, como defendeu a Provedoria de Justiça. O próprio Supremo Tribunal Administrativo rejeitou o recurso interposto pela Câmara Municipal e a Associação Turismo de Lisboa contra a decisão proferida pelo Tribunal Central Administrativo do Sul, que tinha aceiteado a providência cautelar da Associação do Património e População de Alfama, contestando a criação do Museu neste Largo. -----

----- Ora, entre as decisões dos tribunais, o projeto não parou e as demolições foram feitas. A administração autárquica invoca assim a inutilidade superveniente da lide, ou seja, a Câmara agora alega que uma vez que os edifícios já foram demolidos, não há razão para se manter a providência cautelar, o tribunal entendeu que a Câmara ao autorizar as demolições necessárias à construção do Museu, tinha violado as regras urbanísticas criadas pela própria Câmara, uma vez que as ditas demolições não foram devidamente justificadas por vistoria municipal prévia, nem se enquadravam em nenhum dos casos previstos no Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da Colina do Castelo. -----

----- Mal! Muito mal esteve a Câmara em todo este processo, aliás, acrescento tomou uma atitude vergonhosa e perguntamos aqui o que já tínhamos perguntado na audição ao Senhor Vereador Manuel Salgado, e que este não respondeu. Porquê demoliram os edifícios se havia uma decisão do tribunal para pararem com o projeto? É a estratégia do facto consumado? Já que foi abaixo, o mal está feito, então vamos impor a nossa vontade! Ressalvo que não estamos aqui contra o Museu Judaico, aliás, somos muito a favor da construção de um, mas há que ouvir a população que, ainda por cima, teve na Associação do Património e População de Alfama a louvável atitude de mandar uma lista de sugestões para outras localizações prováveis para o Museu e a Câmara nem quis saber, aliás, nem resposta deram. -----

----- O que se trata aqui é da forma política como estão a tratar a construção urbana da cidade, não sabendo a Câmara como dialogar, nem com os lisboetas, nem como organizar o património edificado antigo com o novo. -----

----- Antes de acabar, queria lembrar, propusemos aqui ainda em janeiro deste ano que se discute abertamente a questão do Museu Judaico e que a Moção foi chumbada com os votos contra do PS e de 7 Independentes, depois disso, confesso que estou expectante com os argumentos que esta força política e os seus adjacentes irão abordar o assunto hoje. -----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada Aline Beuvink. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV. -----

----- **O Senhor Deputado Sobreda Antunes (PEV),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os Verdes” gostariam de começar por agradecer aos Peticionários por, com esta iniciativa de cidadania, continuarem a persistir na salvaguarda da história e do património de Alfama, em particular do Largo de São Miguel, e na defesa da convivência de uma comunidade que aos poucos se vai esvaziando, perante as ameaças da especulação imobiliária, do aumento do alojamento local e do preocupante desinteresse da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Como estamos recordados, no início de 2017 residentes e amigos de Alfama manifestaram à Câmara Municipal de Lisboa que não estavam de acordo que fosse construído um Museu Judaico no Largo de São Miguel, porque tal, não apenas não estaria em harmonia com o espaço, vindo perturbar a sua utilização pela população, designadamente durante as suas festas tradicionais, como o descaracterizaria ao implicar demolir parte do edificado. Apenas recomendavam que a localização do Museu fosse repensada e que todo o projeto envolvesse mais os moradores de Alfama e as associações populares. -----

----- Dois anos depois, o que nos pedem agora os mais de mil (1.011 ou 1.200) subscritores da petição “Queremos casas no Largo de São Miguel”? Uma resolução do Município que complemente o seu alerta de 2017, recuperando os edifícios, reforçando a oferta de habitação de longo prazo, contribuindo para que seja encontrada, noutra zona, localização alternativa para o Museu. -----

----- Recorde-se que, no atual contexto, o Tribunal Central Administrativo do Sul, por acórdão de 14 de junho de 2018, determinou a não demolição dos edifícios, no Largo de São Miguel, onde a Câmara Municipal de Lisboa e outros pretendem construir o citado Museu.-----

----- E já em Janeiro deste ano, o Supremo Tribunal Administrativo recusou o recurso interposto pela Câmara Municipal de Lisboa e manteve suspensa qualquer nova construção, reforçando o argumento de, apesar de já haver edifícios demolidos, a providência cautelar continuar válida, opondo-se à política do facto consumado, o que constitui novo insucesso para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A 15 de abril, a Associação do Património e da População de Alfama interpôs uma nova ação judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, para que venha a ser agora edificada habitação no local onde estava prevista a construção do Museu, como forma de estancar a expulsão de moradores e trazer habitantes para Alfama, no que seria um importante sinal de mudança por parte da Câmara Municipal de Lisboa.--

----- Porém, ao invés de arrear o caminho da gentrificação e criar nova habitação, o Senhor Vereador do Urbanismo optou por preparar nova contestação à ação principal, preterindo a justa pretensão dos seus munícipes a interesses terceiros, e estancando o processo, pois, enquanto este não estiver resolvido, pouco ou nada se pode rigorosamente fazer. -----



----- Contudo, de acordo com o Fórum Património 2017, parece haver uma série de regulamentos municipais que estarão a ser postos em causa, pois o Largo encontra-se inserido na zona de proteção da Igreja de São Miguel, um Imóvel de Interesse Público, e parte do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo. Tal implica que tudo o que ali for construído terá de respeitar as características arquitetónicas do local, sem serem criadas exceções, inclusive ao PDM.-----

----- A questão a saber é: aceita a Câmara Municipal de Lisboa que nos processos locais de regeneração urbana se dê continuidade a uma política habitacional, pelas pessoas e para as pessoas, que valorize o direito à habitação, ou prefere intervenções de renovação e restauro para alienação de património público e sua venda ao desbarato, em benefício do capital e investimento estrangeiros?-----

----- Aceita a Câmara Municipal Lisboa promover o uso temporário de edifícios, numa perspetiva coletiva e comum, incentivando os projetos de reabilitação de baixo custo com base num planeamento urbano de proximidade, em detrimento de uma lógica de mercado e meramente privada?-----

----- E não é a Lei de Bases do Património, no seu nº 2 do art.º 52º que dispõe que “nenhuma intervenção relevante, em especial alterações com incidência no volume, natureza, morfologia ou cromatismo que tenham de realizar-se na proximidade de um bem imóvel classificado, ou em vias de classificação, poderá alterar a especificidade arquitetónica da zona ou perturbar significativamente a perspetiva ou contemplação do bem”?-----

----- Aplica-se ou não este princípio ao Largo de São Miguel?-----

----- É ou não verdadeiro que Alfama é um bairro único numa capital europeia que deveria ser protegido, bem como a vivência dos seus residentes, mantendo o seu carácter histórico, arquitetónico e habitacional?-----

----- Devem ou não ser envolvidos os moradores de Alfama e as associações na resolução deste processo?-----

----- Ou será que os pelouros do Urbanismo e Finanças preferem apenas apostar na gentrificação e na turistificação, criando uma cidade para estrangeiros virem visitar estrangeiros?-----

----- Será que temos uma autarquia de costas voltadas para os seus residentes e abrindo os braços aos contributos financeiros de especuladores e turistas?-----

----- Daqui, mais uma vez, “Os Verdes” se solidarizam com o pertinente alerta dos Peticionários, incentivando-os a prosseguir na defesa do património da cidade e, em particular, dos moradores de Alfama.-----

----- Obrigado Senhor Presidente em Exercício.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.”-----

---- **A Senhora Deputada Municipal, Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Peticionários. -----

----- Arriscaríamos dizer que, uma parte significativa das petições que chegam à Assembleia Municipal, são de munícipes preocupados com situações que têm a ver com urbanismo, construção, projetos imobiliários, em Lisboa.-----

----- Sem dados factuais, mas pela experiência empírica de todos nós, ouvimos aqui na Assembleia Municipal, o período do público ser dominado bastantes vezes pelas questões de habitação (falta dela, carências, despejos, más condições, dificuldade de acesso, etc.). -----

----- A Petição “Queremos Casas no Largo de São Miguel” tem no seu âmago precisamente estas duas questões: a necessidade de habitação e o que está projetado para um dos principais largos de Alfama. -----

----- Não sendo contra a existência do Museu Judaico em Lisboa, mas refutando a sua localização no Largo de São Miguel, os Peticionários exigem da Câmara Municipal mais habitação a ser construída naquele terreno camarário. Este é um processo que está em tribunal, a decorrer, mas que nos alerta, uma vez mais, para a necessidade de se ouvir as populações, de procurar conhecer o impacto destas decisões no espaço urbano, de diligenciar as respostas aos problemas que vão ao encontro das expectativas e das necessidades de todos. Como em tantos outros casos, claramente não foi esse o procedimento que a Câmara adotou antes de levar este projeto a aprovação em reunião de Câmara.-----

----- O PCP aprovou o projeto do Museu Judaico no Largo de São Miguel, na Câmara Municipal Lisboa. Votámos favoravelmente por considerarmos que o Museu era uma mais-valia para a cidade. Daí para cá, ouvimos mais, aprofundámos a discussão e os argumentos. Consideramos que a Câmara Municipal Lisboa pode encontrar outras soluções para este Museu em Alfama (a própria APPA fez chegar à Senhora Vereadora da Cultura sugestões de locais) e, ao mesmo tempo, pode encontrar outro destino a dar ao seu terreno no Largo São Miguel: habitação para atrair novos moradores. Não há fatalismos nem inevitabilidades neste processo. É sempre tempo de repensar e procurar a melhor solução.-----

----- É tempo para pensar como ir ao encontro destas reivindicações – que pensamos ser justas! – de mais casas para um bairro que tem sido uma das principais vítimas do turismo na sua face mais gentrificadora e descaracterizadora. -----

----- A Recomendação da 3ª Comissão aponta uma questão positiva e necessária – a necessidade de salvaguardar a estabilidade dos edifícios contíguos. Mas, apesar de compreendermos a necessidade de aguardar pela decisão judicial do processo, não concordamos que se recomende “ao lado” do que a Petição exige. Ao lado, geograficamente, acautelando apenas os outros edifícios. E ao lado relativamente à questão de fundo, não recomendando qualquer diligência relacionada com a habitação em Alfama e a necessidade de medidas de proteção específicas e urgentes para o

bairro, em matéria de fixação de moradores. A Assembleia Municipal tem obrigação, perante os elementos a que acede e a reflexão que faz, de ir mais longe nas recomendações à Câmara Municipal. E, por isso, iremos abster-nos.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.-----

----- O CDS, gostaria de em primeiro lugar sobre saudar os Peticionários do ato cívico e participação democrática, traduzidos na apresentação de uma Petição a este órgão, procurando e da sua liberdade e opinião, ajudar os órgãos autárquicos e melhorar e aprofundar as suas decisões. -----

----- Em segundo, o CDS deixa uma nota pública de reconhecimento da pertinência da criação do Museu Judaico na cidade, e concorda com a indicação de Alfama para a sua instalação. Não fizesse ela parte da história judaica e pertencente a rede de judiarias.-----

----- A Petição levanta contestação da construção de um equipamento cultural no Largo de São Miguel e a opção por habitação no mesmo lote. O CDS entende que, apesar do seu voto discordante quanto ao protocolo estabelecido com ATL (Associação de Turismo de Lisboa) para o Museu Judaico, que faça as providências cautelares entregues por cidadãos e pela Associação do Património de Alfama, também representados nesta Petição, e as quais tiveram deferimento por parte do Tribunal, importa aguardar por esses tempos. Pelo tempo do sistema judicial correr os seus trâmites, sendo que, até ao concluir do mesmo devem os órgãos autárquicos aguardar. -----

----- Contudo, importa que a Câmara avalie as preocupações manifestadas quanto à estabilidade do prédio contínuo e que simultaneamente possa a Câmara recolher toda a informação sobre o processo, designadamente as várias opções de locais em Alfama apresentadas pelos Peticionários, por forma, a que esta Assembleia e através das suas Comissões possam voltar avaliar o processo e após decisão judicial, até lá fica o compromisso CDS de acompanhar este tema.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cristina Andrade do BE.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cristina Andrade (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Muito boa tarde a todos e a todas. -----

----- O Bloco de Esquerda, gostaria em primeiro lugar, saudar os Peticionários e as Peticionárias por esta iniciativa cidadã e pela apresentação que aqui fizeram. -----

----- E gostaríamos de notar que o Bloco de Esquerda, já tem defendido por várias vezes nesta Assembleia, a criação e a instalação de um Museu Judaico na cidade de Lisboa, considerando que esta é uma medida da maior importância cultural e tendo em conta o importantíssimo papel que a cultura judaica teve no país e na cidade de Lisboa, bem como a necessidade de lembrar fenómenos de intolerância religiosa que, infelizmente tiveram lugar na cidade. -----

----- Defendemos ainda que os termos de execução do projeto desta natureza, exigem um amplo consenso especialmente relativamente à zona onde se irá instalar este Museu, sobre pena até de se promoverem leituras pouco consentâneas com o objetivo da instalação deste importante equipamento. -----

----- O projeto para instalação do Museu Judaico no Largo de São Miguel, tem causado preocupação junto dos habitantes e de diversas personalidades de reconhecido mérito, no estudo e intervenção sobre o património arquitetónico da cidade, isto porque o Largo de São Miguel, bem como a sua envolvente têm sofrido no seu dia-a-dia com a crescente atividade turística na cidade com graves consequências para quem mora nesta zona. -----

----- Consideramos que características de reduzida dimensão dos arruamentos, bem como deste do Largo de São Miguel, aconselham também que haja um melhor estudo dos fluxos de pessoas e veículos nesta zona da cidade, cujo empato futuro decorrente da instalação de um Museu, com a importância do Museu Judaico será um empato muito elevado nesta zona e, portanto, consideramos que é importante estudar, quais é que serão os impactos desta instalação. -----

----- Neste sentido, o Bloco de Esquerda propõe que sejam estudadas outras localizações para este equipamento, reconhecendo a importância da criação e da instalação de um Museu Judaico em Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Vamos passar ao próximo.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Teixeira do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Teixeira (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimos membros da Mesa, Excelentíssimos Senhores membros do Executivo Municipal, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Público. -----

----- Permitam-me que cumprimente a Senhora relatora do relatório a Senhora Vice-Presidente do Partido Popular Monárquico, a presente Petição n.º 1/2019, “Queremos casas no Largo de São Miguel”. -----

----- A presente Petição, como sabemos, tem origem na Petição n.º 4/2017 que surgia então titulada com a expressão “Museu Judaico em Alfama, sim, no Largo de São Miguel, não”, à época importa recordar e passo a citar o Relatório da 7ª Comissão: *“constatou-se que o desenho apresentado pelos peticionários assim como a maquete apresentada aos deputados, não constituíam elementos fidedignos sobre a Proposta apresentada, introduzido respetivamente uma perceção volumétrica do edifício sobredimensionada assim como na sua relação com o edificado envolvente”*, mais à frente e passarei novamente a citar: *“Nesta visita Largo de São Miguel procedeu-se ainda uma leitura do conjunto envolvente do local de implantação do futuro Museu Judaico de Lisboa, tendo-se registado uma apreciação positiva unânime na consonância volumétrica e de escala deste novo edifício com o edificado envolvente”*, surge ainda descrito no Ponto 1.3 deste Relatório e se existirem dúvidas, Senhoras e Senhores Deputados para quem ainda não tem memória, tenho aqui para poder distribuir por todos os grupos. Dizia eu que surge ainda descrito no Ponto 1.3 deste Relatório, o seguinte texto que ainda cito: *“Em face desta apreciação positiva por parte de todos os deputados”*, eu aqui sublinho todos os deputados, porque não está escrito, mas entendo que o devo frisar: *“o novo edifício do Museu Judaico não irá ser um monumento descaracterizador do bairro antes, pelo contrário, de valorização arquitetónica e urbana daquele Largo”*. -----

----- Isto não sou eu que digo, isto surge descrito no Relatório, neste mesmo Relatório que há pouco vos apontei, que há dois anos foi apresentado e aprovado nesta mesma Assembleia, apreciação positiva foi de todos e sem exceção e poderia aqui continuar a citar mais parágrafo do já referido Relatório, se sobre esta matéria surgirem e continuarem a surgir apagões memória. -----

----- É também claro, Senhoras e Senhores Deputados, pelo menos da leitura que resulta dos Relatórios e das Petições n.º 4/2017 e esta que em apreciação 1/2019, que dois singelos anos bastaram para que as observações de então, dessem lugar a outras. Sinal dos tempos? Perguntar-se uns. Matemática política? Talvez. Quem quiser ou souber que retire as suas conclusões. -----

----- Durante o debate que tem realizado a este propósito, percecionasse por diferentes ocasiões surge tema da habitação ou da necessidade de mais habitação, mas não pode no entendimento Grupo Político do Partido Socialista, ser por via deste argumento e reconhecida necessidade, que surge contestada oportunidade e possível justiça e mérito de edificação de um Museu Judaico no Largo de São Miguel em Alfama.-----

----- O problema de falta de habitação é encarado de frente pelo Município, bem como pelo Governo Português, resultando numa vasta programação de fogos habitacionais que a seu tempo, entenda-se no tempo que é possível, será mitigado mas não nos

podemos em momento algum esquecer das razões que concorrem para este cenário, Lisboa e Portugal são hoje como nunca centrais as novas rotas e rumos de turistas e outros viajantes, resultando em pelas vantagens económicas para o tecido social lisboeta e português.-----

----- Nesta fase atual do debate, importa ainda recordar que o tempo é de justiça, dado que houve uma providência cautelar que mandou suspender todos os trabalhos. Entrou neste momento em ação principal e o município já foi citado para responder a esta ação. Enquanto não surgir uma resolução tudo estará parado. Neste sentido, há que aguardar Senhores Deputados, a finalização do processo para que a 3ª Comissão então na posse de todos os elementos documentais possa pronunciar-se. -----

----- Importa ainda que nesta fase se atenda ao superior cuidado como vem descrito no Relatório da Senhora Deputada, relativamente à necessidade de inspeção dos edifícios e avaliada a segurança de pessoas e bens. -----

----- Permitam-me que termine, se calhar, como desejaria ter começado esta intervenção, não poderei, no entanto, terminar esta intervenção sem que antes referencie igual importância e pertinência da edificação do Museu Judaico, a cultura, as tradições e as gentes de Portugal cruzou-se pelo menos desde o ano de 390 depois de Cristo, neste nosso território. O Museu que surge proposto não será o Museu dos Judeus, mas o Museu dos lisboetas de Portugal e dos portugueses. E este será por certo capaz de narrar para o público a história da presença judaica em Portugal, que em nada envergonha, antes pelo contrário, só pode orgulhar porque faz parte da nossa cultura e da sua história. -----

----- Importa ainda por fim, que este Museu e a sua instalação num bairro onde a convivência de culturas é tão antiga e ainda hoje marcada por vários vestígios romanos, cristãos e islâmicos surgem como um importante testemunho da pluralidade de culturas do bairro, da cidade e da nação portuguesa e, creio que isso ninguém pode apagar, porque a memória não se apaga, nem a nossa cultura, nem nossa tradição. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Próximo orador inscrito.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN),** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral. -----

----- Esta Petição, tal como muitas outras que nos têm chegado seguem um padrão que é basicamente uma reprodução de um comportamento, que nos parece que deve ser corrigido pela Câmara Municipal, ou seja, os Peticionários fazem uma Petição, porque têm o sentimento relativamente a uma injustiça que, tem a perceção que está a ser

cometida. As Comissões analisam, as Comissões fazem as recomendações que são todas elas na maior parte ajustadas, aceitáveis e aprovadas, mas muitas vezes, muitas vezes o objeto profundo e último da Petição passe ao lado. -----

----- Ou seja, é fácil aprovar, as recomendações das Comissões de uma forma geral e nesta também, uma vez que todas elas são de bom senso, são recomendações que fazem sentido e eu diria mais, no caso desta questão, de estar a ser discutida ainda em Tribunal uma decisão, pois, neste aspeto não há nada a fazer. -----

----- Agora aquilo que há a fazer é sem dúvida, pensar seriamente a forma como o urbanismo está a conduzir todos estes processos, porque é que estamos constantemente a receber queixas dos lisboetas? -----

----- Porque nos aparecem situações como esta, em que há desrespeito do PDM? -----

----- Mas quem é que está a desrespeitar o PDM? São os construtores? Não, parece que é a Câmara. -----

----- Então, como é que isto é possível? Como é que isto é possível?-----

----- Acreditamos que, e é bom que a Câmara mude o seu comportamento em muitas destas situações. -----

----- Como veremos na Petição seguinte, também, os cidadãos têm razão de queixa ou é falta de informação, ou são factos consumados, portanto, há sempre qualquer coisa que acontece que permite que uma situação que não é querida da população avance e se transforme, num facto, consumado, que depois as comissões se vêm no papel de fazer algumas recomendações que são todas elas aceitáveis, mas são aceitáveis para nós, serão aceitáveis para a Câmara? Ou daqui a um ano ou dois vamos fazer uma recomendação similar com o mesmo tipo de recomendações. -----

----- A questão é essa, porque recomendar como nós vemos algumas das recomendações que foram feitas, que a Câmara seja mais diligente a fazer isto ou a informar aquilo, que ouça mais os cidadãos. Quantas vezes é que isto foi recomendado? E qual foi o resultado? -----

----- Eu terminava, dando os parabéns aos Peticionários, por independentemente da questão de quererem fazer valer os seus direitos, terem este ato de cidadania e assim que houver a possibilidade de discutir isto noutras condições, certamente, poderemos ter uma discussão mais frutífera do que esta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Agora o Senhor Vice-Presidente da Câmara, muito bem tem a palavra, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Muito sucintamente, em primeiro lugar para louvar aquilo que é o papel dos Peticionários, parece-me sempre fundamental que estando de acordo ou não com

aquilo que são as iniciativas que são trazidas aqui pelos cidadãos, que elas sejam trazidas e que eles possam exercer esse direito.-----

----- Eu diria mais, que cada vez mais devemos encará-lo como um direito, mas também como um dever, quando não estamos de acordo, quando consideramos que algo não está como nós gostaríamos que fosse, devemos exercer esse direito. Não quer dizer que, no final, estejamos todos de acordo, aliás, gerir e gerir uma cidade é exatamente isso, é gerir os desacordos gerir os acordos, certamente, também, quando são possíveis, mas gerir essencialmente aquilo que são as opiniões diferentes e as formas diferentes de olhar para o mesmo problema, tendo soluções diferentes, certamente, uma boa parte delas eu diria boas se não todas, mas em dado momento, tem que se optar pelas melhores e por aquelas que nos parecem melhores, àqueles que temos que decidir num dado momento.-----

----- Obviamente que, as Petições são muito importantes, são formas de fazer chegar a quem tem que decidir as opiniões de um conjunto de pessoas que são os subscritores e os simpatizantes da própria Petição e, portanto, são fundamentais para nós podermos formar a nossa opinião, antes de tomarmos as decisões para as quais estamos investidos pelo povo da cidade.-----

----- Dizer também que, não me posso rever naquela postura do se forem de encontro àquilo que são as nossas pretensões a democracia funciona, se não forem de encontro àquilo que são as nossas pretensões a democracia não funciona, isto não é assim, temos que respeitar as opiniões diferentes que vamos tendo sobre as matérias e, portanto, a democracia funciona quando ganhamos e quando perdemos e, portanto, não vejamos aí ou não podemos ver aí nenhum de nós nenhuma derrota ou nenhuma vitória. Certamente há pontos de vista que conseguimos pôr em prática, outros não e muitas vezes aqueles que aparecem com propostas diferentes das nossas acabam por influenciar a nossa própria posição e acabamos muitas vezes por mudá-la, porque alguns argumentos nos vieram trazer essa mesma mudança de posição.-----

----- Neste caso, a decisão que foi tomada pelo Município, legitimamente tomada, houve a intenção e a concretização de se ter recorrido aos tribunais e agora parece-nos a nós que é nos tribunais que essa questão tem de ser esgrimida, relativamente às questões que estão em cima da mesa e que foram colocadas por quem interpôs a ação e, portanto, o Município aguardará com tranquilidade que todos estes processos impliquem essas mesmas decisões.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 77/01**. Não há votos contra, com abstenções do PCP e PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM, 7 IND, do Deputado Municipal Independente–Rodrigo de Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Rui Costa.-----

**A Recomendação n.º 77/01 foi aprovada por maioria.”-----**

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----



----- Encerramos assim o Ponto 1 da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinquenta e três minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----